

A GESTÃO DEMOCRÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO ALIMENTAR EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL.

Jenilce Pavão Almeida¹
Maria Raquel de Assunção Gonçalves e Silva²

INTRODUÇÃO

É importante ter hábitos alimentares saudáveis desde a infância e que estes sejam enriquecidos em cada fase do processo de desenvolvimento humano. É a partir desta fase que as crianças já começam a ter suas preferências alimentares e, dessa forma, é de responsabilidade da família e da escola, incentivar para que elas tenham o melhor desempenho possível em termos de saúde e vale informar também que fatores genéticos e hereditários interferem muito nesses hábitos (MARATOYA *et al.*, 2013).

Quando a criança inicia um processo de frequentar outros ambientes que não seja a própria família, tais como a escola, creches, ela sofre grande influência das mais variadas formas, pois, ao ter contato com outras pessoas, tendem a ter outros comportamentos, tanto no que se refere à sociabilidade, quanto aos padrões alimentares que, muitas vezes, podem trazer graves consequências.

Sabe-se que a alimentação e a nutrição são configuradas como direitos fundamentais da pessoa humana, como requisitos básicos para a manutenção e promoção da boa saúde e qualidade de vida digna, contudo, essa questão não é de todo garantida no país. A promoção de uma alimentação saudável deve ser considerada um eixo prioritário e, justamente por isso, o ambiente escolar é o espaço típico para as políticas públicas sejam implantadas, para que se possa solucionar esse problema que envolve a alimentação e garantir uma boa saúde para as crianças (CALVO, 2013).

É muito importante ressaltar que a promoção da alimentação saudável, de modo geral, deve prever um escopo amplo de ações, contemplando a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, com a introdução da alimentação complementar em tempo oportuno e de qualidade, respeitando-se a identidade cultural e alimentar das diversas regiões brasileiras (BRASIL, 2010).

Desta forma, a sociedade tem procurado as mais variadas formas para promover ações de saúde aos indivíduos, tanto em nível primário, quanto secundário, e dentre essas ações encontram-se as diretrizes trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que tratam de diversos temas, entre eles a Saúde, incluindo-se neste item a alimentação saudável, como um dos elementos prioritários. Os PCN's da área de saúde apregoam que este tema seja tratado de forma transversal no ensino fundamental, daí serem denominados como temas transversais.

Tendo em vista esse quadro, surgiu a inquietação na qualidade de pesquisadora, professora, gestora e nutricionista, a qual motivou o presente estudo, principalmente no tocante às políticas públicas educacionais relacionadas à área da educação alimentar (EA). Esta preocupação decorre, principalmente, com a forma como essas políticas públicas vêm sendo executadas no interior das escolas e se sua aplicabilidade conta com a interveniência dos gestores escolares, supervisores escolares e professores. Igualmente, não há como desconhecer, enquanto profissional da área da educação e também da nutrição, que são muitas as dificuldades encontradas quando se realiza um trabalho de forma interdisciplinar, com

¹ Mestre em Docência e Gestão da Educação da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, jenilcepavao@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora, Faculdade Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, raquel@ufp.edu.pt.

temáticas como esta por envolverem variados aspectos da vida humana como alimentação saudável e nutrição, educação em saúde, pluralidade cultural, ética e questões relacionadas ao meio ambiente. Acredita-se, assim, que mesmo os profissionais mais especializados possam encontrar dificuldades para trabalhá-las, e, em vista disto, concedem informações que, por vezes, mais confundem do que propriamente fornecem ajuda.

Assim, neste estudo, compreende-se e concebe-se a EA como sendo a adoção de práticas e comportamentos em relação à alimentação do indivíduo. Nesta premissa, Pipitone (1994, p. 48) considera que a “educação nutricional é definida como uma prática tradicionalmente desenvolvida com base na integração entre saúde e educação”. Neste diapasão, Motta e Boog (1991) afirmam que a educação nutricional tem por objetivo formar atitudes e práticas, as quais possam conduzir o indivíduo à melhoria de sua saúde.

Entretanto, é importante ressaltar que, para a promoção da saúde, não basta apenas que haja implantação de políticas públicas de alimentação nas escolas, executadas apenas com caráter alimentar e de forma acrítica, mas, sim, a adoção de políticas públicas concretas em EA.

Sendo assim, faz-se necessário que haja, nas escolas, uma educação alimentar e nutricional crítica, a qual esteja inserida nas práticas curriculares, por meio de processos didático-pedagógicos, orientados e construídos coletivamente pelos educadores com a participação direta e colaborativa dos gestores destas instituições. Sob esse fundamento, questiona-se: Qual a percepção dos gestores escolares, supervisores escolares e professores quanto às dimensões política e pedagógica da Educação Alimentar?

Em resposta a essa questão problema, este trabalho teve como objetivo geral analisar as ações dos gestores escolares, supervisores escolares e professores em relação ao tema “Educação Alimentar (EA)” em escolas públicas do município de Raposa, Maranhão, Brasil.

Os objetivos específicos foram: i) descrever quais são as percepções sobre EA dos gestores escolares, supervisores escolares e professores; ii) identificar se nos projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas pesquisadas a temática encontra-se contemplada; iii) realizar um levantamento sobre as ações de EA que estão sendo desenvolvidas nas escolas estudadas e iv) caracterizar se o processo de gestão democrática viabiliza de maneira eficaz a implementação das políticas públicas relacionadas à EA nas escolas.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em escolas pertencentes à rede pública de ensino do município de Raposa, Maranhão, Brasil. A pesquisa utilizou uma amostragem não probabilística, intencional, com um total de 08 escolas, 08 gestores escolares 08 supervisores escolares e 16 professores que lecionavam nas turmas do 5º ano do ensino fundamental.

Utilizou-se uma pesquisa de campo tipo descritiva, com enfoque qualitativa e abordagem de cunho não experimental. Segundo Gil (2015, p. 587), “[...] caracteriza-se como uma pesquisa que não exclui a possibilidade de obtenção de dados pela utilização de técnicas padronizadas”.

A investigação é também de natureza qualitativa, no sentido em que interessa conhecer e compreender o pensamento dos sujeitos envolvidos, sem que para tal se recorra a situações de controle e manipulação experimental (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Este estudo utilizou questionário com perguntas fechadas de múltipla escolha e entrevista semiestruturada com perguntas abertas com gestores, supervisores e professores das unidades escolares, além de se efetivar observação sistemática in loco. Os dados quantitativos passaram por tratamento estatístico, utilizando o programa Excel.

DESENVOLVIMENTO

Em todo o mundo as mudanças nos padrões alimentares da população são um fato preocupante, pois se evidencia o aumento da ocorrência de desnutrição em crianças e adolescentes em um ritmo bastante acelerado, tendo como consequência o aumento do sobrepeso e obesidade, principalmente. Os problemas resultantes de uma má alimentação, principalmente na infância e na juventude, são considerados uma questão de saúde pública, visto que a sua elevada e crescente prevalência está associada a riscos para a saúde.

O estado nutricional é um instrumento de diagnóstico e um importante marcador da qualidade de vida dos indivíduos, pois as suas alterações são fatores que favorecem o aumento da morbimortalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no início dos anos 2000, deu ênfase ao reconhecimento acerca da gravidade do processo de transição epidemiológico-nutricional, considerando a má nutrição, nas formas da obesidade e da subnutrição, caracterizada pelo formato da obesidade e da desnutrição, como sendo os principais causadores de doenças, atingindo muitas pessoas, principalmente crianças e adolescentes em diversas partes do mundo, em especial os países em desenvolvimento como o Brasil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004).

Nas crianças, de forma particular, o estado nutricional é considerado um elemento importante para a avaliação das condições de vida e saúde dessa população, sendo resultante do consumo alimentar relacionado às necessidades nutricionais. Dessa forma, a inadequação no consumo de alimentos pode levar à desnutrição, ou por excesso, resultando na obesidade (CRISPIM; FRANCESCHINI; PRIORE; FISBERG, 2013).

Assim sendo, é fundamental o conhecimento da situação em que se encontra a população na fase de infância e adolescência, pois, a partir dessa fase da vida é que se poderão efetivar ações de intervenção, sendo uma etapa mais propícia para a aquisição de hábitos mais saudáveis e, desta forma, contribuir para uma melhor qualidade de vida logo a partir dos primeiros anos de vida (SABRY *et al*, 2017).

É notório lembrar que a escola é o ambiente onde os indivíduos passam a maioria do tempo, principalmente no processo de formação inicial (educação infantil, educação fundamental e ensino médio). Nela, os indivíduos convivem, aprendem e executam suas mais variadas tarefas. Assim sendo, como ambiente natural de aprendizagem, torna-se o local mais apropriado para o desenvolvimento de ações relacionadas à promoção da saúde, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis, atingindo os estudantes nas etapas mais influenciáveis da sua vida, seja na infância ou na adolescência. É nela que as crianças, nas séries iniciais, realizarão suas refeições, fazendo escolhas que revelarão suas preferências e seus hábitos alimentares (FERNANDES, 2016).

Então, é importante que a gestão escolar seja democrática e participativa e que principalmente os gestores escolares, supervisores escolares e professores possuam os conhecimentos necessários e que estejam devidamente preparados para que as diretrizes e práticas das políticas públicas educacionais sejam implantadas de fato no interior das escolas, principalmente as relacionadas à educação alimentar (EA). Por isso, tais diretrizes devem ser instituídas como elementos a serem contemplados nos PPP's das escolas, tendo em vista também que na construção dos mesmos deverá haver a gestão democrática, principalmente com a participação dos professores, visando à articulação entre escola e comunidade escolar. Vale ressaltar que todo PPP, por deverá estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e aos interesses reais e coletivos da população majoritária, pois ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica Veiga (2015).

Logo, o PPP deve ter uma ação intencional, um sentido explícito com um compromisso definido coletivamente, sendo, portanto, o resultado de um conjunto de atividades devidamente coordenadas que pontuam objetivos e prioridades da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à importância da temática EA no currículo escolar, 75 % dos entrevistados acreditam que é muito importante e 25 % que não. Sabe-se que a inclusão do tema EA, como tema transversal no currículo escolar, seria muito importante para que todos o conhecessem e aplicassem o mesmo em suas práticas educativas.

Quanto à presença da temática EA nos PPP's das escolas, houve uma contradição entre as respostas dos gestores escolares e supervisores escolares, sendo 75% dos supervisores disseram que sim e 25% disseram que não e apenas 38% dos gestores disseram sim e a grande maioria, 62 %, disseram que não. Entende-se que, através de um PPP consistente, será possível realizar as ações necessárias e aplicá-las para a resolução dos problemas mais importantes de uma escola, definindo a organização escolar com a escolha dos temas mais relevantes a serem trabalhados nas escolas, utilizando metodologias de ensino mais adequadas. Vale ressaltar que a EA desempenha um papel muito importante da vida dos alunos, proporcionando mais saúde e menos doenças oriundas da má-alimentação, como obesidade e desnutrição, principalmente nos primeiros anos das séries iniciais.

Quanto ao conhecimento das políticas públicas federais de EA nas escolas, como o PNAE, a maioria dos gestores escolares (75 %) e supervisores escolares (75%) conheciam e 25% de cada grupo não conheciam. Entretanto, quanto aos professores, 56 % afirmaram que não as conheciam e 44% conheciam, evidenciando a maioria deles não possuíam conhecimento sobre as políticas públicas federais de EA nas escolas como também não conheciam as estratégias do PNAE.

Quanto ao conhecimento dos princípios da gestão democrática, 75 % dos gestores e supervisores conhecem e apenas 25 % desconhecem. Em relação à existência de reuniões e debates com os conselhos escolares sobre a temática EA, a maioria dos gestores escolares e supervisores escolares, sendo 88 % de cada, disseram que não existem reuniões ou debates para discutir o tema com os conselhos escolares, demonstrando que a maioria dos conselhos escolares ainda não foi convocado para discutir o tema.

A maioria dos professores pesquisados, 62 %, informou que participou da elaboração do PPP da escola onde trabalha e 38% disseram que não. Pôde-se concluir que a gestão democrática participativa não está sendo realizada em todas as escolas pesquisadas, tendo em vista que os professores deveriam participar da elaboração do PPP, segundo a LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996).

A maioria dos professores pesquisados, no total de 56 %, revelou que não observou a preocupação dos gestores escolares com a temática EA; 38% que sim e 6% que às vezes. É muito importante que os gestores escolares e supervisores escolares conheçam e apoiem o desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas ao tema, porém a maioria dos professores não percebeu a importância que os mesmos dão ao tema.

A maioria dos professores, 94%, informaram que o desenvolvimento da temática EA com os alunos e comunidade escolar é muito importante e apenas 6% disse que não. Vale ainda ressaltar que a maioria dos professores, 68 % incluíram a temática educação alimentar em seus planos de ensino e desenvolveram práticas pedagógicas relacionadas ao tema e apenas 32 % não incluíram a temática nos seus planos de ensino e também não desenvolveram práticas pedagógicas, pois não sabiam sobre a temática e por isso não deram a devida à mesma.

Este estudo também revelou que 56% os professores não possuem conhecimento sobre as políticas federais e municipais sobre educação alimentar, expondo, assim, que é necessário que haja projetos de capacitação para os professores, tendo em vista a grande importância do tema para a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação saudável é uma questão de saúde pública e deve ser vista como um tema muito importante na vida das pessoas, sendo que é através da EA que as pessoas adquirem os conhecimentos necessários para o entendimento do assunto. Por isso, a EA deve ser iniciada ainda nas escolas com as crianças, pois os bons hábitos alimentares devem ser iniciados desde a infância, sendo também responsabilidade das famílias.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as ações dos gestores escolares, supervisores escolares e professores em relação ao tema “Educação Alimentar (EA)” em escolas públicas do município de Raposa, Maranhão, Brasil. Realizou-se uma pesquisa de campo, tipo descritiva, com enfoque quali-quantitativo, com a observação sistemática in loco e também aplicação de questionários e entrevistas para gestores escolares, supervisores escolares e professores das escolas pesquisadas.

Os dados levantados evidenciaram que os gestores escolares e supervisores escolares conhecem as políticas públicas relacionadas à EA e os princípios e fundamentos da gestão democrática, como também informaram que a temática está inserida nos PPP's das escolas. Entretanto, a maioria dos professores não conhecem as políticas públicas federais relacionadas.

Os gestores escolares e supervisores escolares também reconheceram a importância da inclusão da temática EA nos PPP's, assim como a inclusão da mesma nos currículos escolares, como tema transversal, entretanto a maioria nunca participou de nenhum curso sobre educação alimentar. A maioria dos gestores escolares e supervisores disseram que não foram realizadas reuniões ou debates com a temática EA com os conselhos escolares, evidenciando que a temática educação alimentar não está sendo compartilhada com toda a comunidade escolar.

Em relação à gestão democrática, a pesquisa revelou que a maioria dos professores participou da elaboração dos PPP's das escolas, como também incluíram a temática educação alimentar nos planos de ensino e realizaram práticas pedagógicas diversificadas para trabalhar a temática com os alunos.

Tendo em vista tudo que foi apresentado, é necessário que a temática EA seja inserida nos PPP's das escolas, através da gestão escolar democrática participativa, e que também seja incluída nos currículos escolares como tema transversal a ser trabalhada de forma interdisciplinar, visando a ampla difusão de conhecimentos sobre o tema, demonstrando aos alunos e a toda comunidade escolar a importância da temática para a promoção da saúde dos alunos.

Por fim, destaca-se que ainda há muito caminho a ser percorrido no sentido de promover uma maior conscientização sobre a importância da temática “Educação Alimentar (EA)” nas escolas, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Precisa-se que a gestão escolar democrática em relação ao tema seja realizada efetivamente em todas as escolas, com a colaboração dos gestores escolares, supervisores escolares, professores e de todos os demais membros que compõem a comunidade escolar.

Ainda como parte da pesquisa, elaborou-se uma proposta de um projeto de intervenção, visando-se contribuir para a melhoria da gestão escolar democrática na educação alimentar das escolas pesquisadas, com o objetivo inserir no ambiente escolar uma discussão permanente que estimule o pensar sobre a adoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, através de ações educativas sobre alimentação.

Espera-se que esta pesquisa contribua positivamente com a temática EA nas escolas e que novos trabalhos sejam realizados, a fim de que a EA seja, de fato, um tema recorrente no cotidiano da de toda comunidade escolar, tendo em vista sua relevância para a promoção e manutenção da saúde dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde.** Brasília, 2010. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2018.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto, Portugal: Editora Porto. 1994

CALVO, E. (2013). Sciences sociales, alimentation et développement: images, métaphores et apories. **Revue Tiers Monde.** v. 33, n. 32 pp. 727-742. 2013.

CRISPIM, S.P.; FRANCESCHINI, S.C.C.; PRIORE, S.E.; FISBERG, R.M. (2013). **Validação de inquéritos dietéticos: uma revisão.** **Nutrire: Rev. Soc. Brás. Alim. Nutr.** v. 26: p. 127-141. 2013.

FERNANDES, F. M. **Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES.** 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória. 2006.

GIL, A. C. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2015.

MORATOYA, E.E. et al. (2013). Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Rev. Pol. Agr.** v. 7, n. 1, Porto Alegre.

MOTTA, D.G. DA, BOOG. M.C.F. **Educação nutricional.** 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. 2004. **Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde.** In: *57ª ASSEMBLÉIA MUNDIAL DE SAÚDE WHA57*. 17. [Em linha]. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>>. [Consultado em 15/6/2018].

PIPITONE, M.A.P. A relação saúde educação na Escola de 1º grau. **Rev. Alim. Nutr.**, v. 65, p. 48-52, 1994.

SABRY, M. O. D., *et al* (2017). Estado Nutricional de Escolares de um Bairro da Periferia da Cidade de Fortaleza- Ceará. **Nutrição em Pauta.** v. 15, n. 84, p. 25-28, jun. 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 2015.